

Sociedade Civil e Segurança Alimentar na CPLP: o papel da Rede da Sociedade civil para a Segurança Alimentar e Nutricional REDSAN-CPLP

Ivette Tatiana Castilla-Carrascal - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Resumo

O objetivo do artigo é refletir sobre o papel que a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional (REDSAN) tem no estabelecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para tal fim o artigo se divide em quatro partes. Na primeira se apresenta uma contextualização sobre a crise mundial de alimentos de 2008, suas causas e fatores para o aprofundamento da insegurança alimentar. Na segunda parte do artigo se descreve a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN da CPLP, seus objetivos e como ela tem sido estruturada. Na terceira parte, se apresentam algumas contribuições teóricas sobre a polissemia do conceito de sociedade civil e os entrecruzamentos com a sociedade civil vista como rede. Ao mesmo tempo se apresenta a REDSAN-CPLP, seu processo de construção, avanços e alguns limites e desafios do enfraquecimento da participação de um dos Estados-Membros como é o caso do Brasil. E uma quarta parte com as considerações finais. A metodologia foi qualitativa com a ajuda de métodos de coleta e análise de dados, como o Nvivo. Para a coleta de dados foi realizado um levantamento da produção acadêmica e não acadêmica produzida por atores relacionados às redes nacionais que compõem o REDSAN. Artigos, relatórios e outros materiais foram analisados para apresentar uma visão geral das principais ações, estratégias, articulações que a REDSAN e as redes nacionais realizaram. Essa análise ajudou a identificar os principais desafios da rede e a apresentar alguns impactos que as ações locais da rede trouxeram.

Palavras chaves: redes da sociedade civil, redes transnacionais da sociedade civil, segurança e soberania alimentar, REDSAN-CPLP.

Abstract

The purpose of the article is to bring forth a reflection on the role that the Civil Society Network for Food and Nutrition Security (REDSAN) has in establishing Food and Nutrition Security (SAN) of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). To this end, the article is divided into four parts. The first presents a contextualization about the world food crisis of 2008, its causes and factors for deepening food insecurity. The second part of the article describes the CPLP's ESAN Food and Nutrition Security Strategy, its objectives and how it has been structured. In the third part, some theoretical contributions about the polysemy of the concept of civil society and the intersections with civil society seen as a network are presented. At the same time, REDSAN-CPLP is presented, its construction process, advances and some limits and challenges of weakening the participation of one of the Member States, such as Brazil. And a fourth part with the final remarks. The methodology was qualitative with the help of data collection and analysis methods such as Nvivo. For data collection, a survey was made of academic and non-academic production by actors related to the national networks that make up REDSAN. Articles, reports, and other materials were analyzed to present an overview of the main actions, strategies and articulations that REDSAN and the national networks carried out. This analysis helped identify the main challenges of the network and present some impacts that the local actions of the network have brought.

Keywords: civil society networks, transnational networks, civil society, food security and sovereignty, REDSAN-CPLP.

1. Introdução

O conceito de segurança alimentar tem servido como ferramenta estrutural de programas e projetos na luta contra a fome desde os anos 70 quando foi cunhado pela primeira vez pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) na Primeira Conferência Mundial da Alimentação. No conceito de segurança alimentar estão implícitos três componentes, o primeiro é a disponibilidade dos alimentos, com quantidades suficientes; o segundo é o acesso a uma renda adequada (ou outros recursos para acessar aos alimentos); e o terceiro componente tem a ver com a ingestão e consumo adequado de alimentos e a capacidade de absorver e usar seus nutrientes. Com base nesses componentes se desenharam também indicadores para monitorar a segurança alimentar e nutricional ao redor do mundo.

Por outro lado, o conceito de soberania alimentar surge como complementar ao conceito de segurança alimentar. Ela é definida¹ como o direito de povos, países e regiões de definir suas próprias políticas alimentares e agrícolas, proteger e regular a produção agropecuária nacional e o comércio para alcançar metas de desenvolvimento sustentável, restringir o *dumping*² de produtos dos seus mercados e dar prioridade de uso e direitos sobre os recursos às comunidades que dependem deles. Segundo Bringel (2011) a soberania alimentar tem em conta a apropriação e gestão dos recursos, a terra, o território, o comércio local e internacional, o desenvolvimento sustentável, a ação coletiva e participação social, entre outros elementos decisivos. Este conceito foi introduzido pela *Via Campesina* na Cúpula contra a

Fome da FAO em 1996 e tem se atualizado e expandido nas agendas acadêmicas, políticas e sociais.

Existem duas principais diferenças entre a soberania e a segurança alimentar. A primeira é que o conceito de soberania alimentar parte da constatação da assimetria nos mercados e apela ao papel equilibrador que pode ter um Estado democrático. Por outro lado, o conceito de segurança alimentar não pressupõe essa concentração do poder econômico nos elos da cadeia alimentar nem no comércio internacional de alimentos, ou não a deixa explícita. A segunda diferença entre a soberania e a segurança alimentar é sobre como se produzem os alimentos. Na segurança alimentar, reconhecem-se diversas formas de produção: agricultura industrial, agricultura biológica e a agricultura orgânica. Já o conceito de soberania alimentar está orientado para a agricultura em pequena escala, não industrial, preferentemente orgânica, que se relaciona, sobretudo, com a concepção de agroecologia. O que se tem proposto recentemente é uma concepção de soberania alimentar que contemple a capacidade dos Estados para definir autonomamente suas políticas alimentares e que tenham como prioridade as políticas da agricultura em pequena escala, o direito à alimentação e o discurso dos direitos humanos e o conceito da FAO de segurança alimentar como ponto discursivo (FAO, 2013).

Partindo disso, o conceito de segurança alimentar tem ficado mais abrangente e incorporado algumas dimensões do conceito de soberania alimentar com o aumento da participação da sociedade civil em instâncias como o Comitê Mundial de Alimentos (CSA) da FAO. No entanto existem tensões, e a sociedade civil tem um grande papel em fazer pressão através das organizações sociais, movimentos sociais e redes. As políticas nacionais, regionais e internacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) têm sido construídas a partir de múltiplas instâncias. A partir da Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial em 1996, o termo

1 Definição atualizada em fevereiro de 2007 no Fórum para a Soberania Alimentar de Nyéléni (2007).

2 No comércio internacional o dumping ocorre em duas situações. A primeira, quando determinado setor recebe subsídios governamentais e, por isso, consegue exportar seus produtos abaixo do custo de produção. A segunda situação quando alguma empresa decide, como estratégia, arcar com o prejuízo das vendas a preços baixos para prejudicar, ou até mesmo eliminar, algum concorrente (Wolffenbüttel, 2006).

de Segurança Alimentar se popularizou e cada vez mais governos começaram a pensar em políticas nacionais próprias de SAN. Mas muito têm se aprofundado nas estratégias e ações dos governos para o fortalecimento da SAN, e o papel da sociedade civil tem sido secundário e precisa ser melhor estudado.

Assegurar a soberania e a segurança alimentar vêm sendo uma das mais importantes pautas dos atores da sociedade civil, principalmente movimentos agroalimentares, redes de organizações sociais, entre outros. No caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde tem se construído uma agenda política prioritária sobre segurança alimentar e nutricional (SAN), a sociedade civil tem tido a partir do ano 2011 uma maior participação. A CPLP é uma organização intergovernamental e multi-regional constituída em 1996 com o objetivo de servir de instrumento de concertação político-diplomática entre seus estados membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). A CPLP realiza cooperação nas em diferentes áreas como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, cultura, agricultura, entre outros; e trabalha com projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, e tem desenvolvido projetos de cooperação na área de Segurança Alimentar.

Em 2011, a CPLP propôs uma estratégia específica de Segurança Alimentar para os países membros, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para a CPLP (ESAN). A formulação e aprovação da ESAN representou um processo cumulativo que resultou da combinação de diversos fatores entre eles, a mobilização da sociedade civil e compromisso pessoal de alguns setores com capital político nos Estados membros (DIAS, 2019).

A ESAN envolve quatro mecanismos de participação, o da sociedade civil, universidades, governos e iniciativa

privada. O mecanismo que interessa neste artigo é o da sociedade civil (MSC), que tem trabalhado em estratégias de *lobby* e *advocacy* no nível nacional e multi-regional para a consolidação de um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da CPLP. As duas organizações que fazem parte da MSC-CONSAN são a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) e a Plataforma de Camponeses da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PC-CPLP).

A REDSAN-CPLP é uma rede que reúne oito redes nacionais dos países membros da CPLP e será a rede que veremos com mais detalhe no texto. Desde 2007 desenvolve ações e estratégias ao redor das demandas das populações e em diálogo com instâncias governamentais, internacionais e em consonância com as Diretrizes do CSA da FAO. Organizações não governamentais internacionais, redes de movimentos sociais e outros arranjos que se caracterizam como redes, têm sido destaque no meio internacional, tanto pelo aumento dessas organizações quanto pela qualidade em que se articulam e se especializam em determinados temas. Na governança global de alimentos diversos atores da sociedade civil global exercem pressões e influenciam de certa maneira a formação das políticas agrícolas e de alimentos no nível nacional, regional e global (ALESSIO, 2014).

Tendo em conta o que foi dito antes, o objetivo do artigo é trazer uma reflexão sobre o papel que a REDSAN tem para o estabelecimento da Segurança Alimentar na CPLP. Para isso foi feito um levantamento da produção acadêmica e não acadêmica produzida por atores relacionados às redes nacionais que compõem o REDSAN. Artigos, relatórios e outros materiais foram analisados para apresentar uma visão geral das principais ações, estratégias, articulações que a REDSAN e as redes nacionais reali-

zaram. Essa análise ajudou a identificar os principais desafios da rede e a apresentar alguns impactos que as ações locais da rede trouxeram. A metodologia foi qualitativa com a ajuda de métodos de coleta e análise de dados, como o *Nvivo*.

O artigo se dividirá em quatro partes. Na primeira parte é trazida uma contextualização sobre a crise mundial de alimentos de 2008, suas causas e as que ainda hoje tem se aprofundado. Também se apresentam alguns dados sobre a insegurança alimentar e a FAO como a organização central do sistema de governança global de alimentos. Na segunda parte do artigo se descreve a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN da CPLP, seus objetivos e como ela tem sido estruturada. Na terceira parte do artigo se apresentam algumas contribuições sobre a polissemia do conceito de sociedade civil e os entrecruzamentos com a sociedade civil vista como rede. Ao mesmo tempo se apresenta a REDSAN-PALOP, que depois foi ampliada para REDSAN-CPLP. Se descreve o processo de construção da rede, alguns desafios e avanços em matéria da agricultura familiar. Nesta parte se apontam alguns limites e desafios do enfraquecimento da participação de um dos Estados-Membros como é o caso do Brasil. Finalmente algumas considerações.

2. Crises e insegurança alimentar

O debate sobre soberania e segurança alimentar tem se intensificado especialmente nos últimos doze anos, desde a crise alimentar mundial de 2008. Entre 2006 e 2008 os preços dos alimentos subiram em média 83% segundo dados do Banco Mundial (Banco Mundial, 2008). Para Clapp e Cohen (2009) a subida repentina dos preços dos alimentos foi um problema em países

de baixa renda onde a população gasta de 60 a 80 por cento dos seus ingressos em comida. A crise trouxe graves consequências especialmente para os países importadores de alimentos, suas populações e para pequenos agricultores de países do sul global.

Diversas causas provocaram a crise, o declínio do investimento na agricultura, o aumento no preço do petróleo, a dependência em combustíveis fósseis, a especulação no mercado financeiro e recente financeirização³ da agricultura, o aumento da demanda por grãos - seja para biocombustíveis ou para o aumento da produção pecuária -, as mudanças climáticas, entre outros fatores.

Hoje as causas da crise continuam, a financeirização mais que nunca coloca a questão da insegurança alimentar no limite. Historicamente investimentos produtivos nos alimentos e na agricultura não eram a escolha preferida do setor financeiro, por causa dos riscos e incertezas associados ao clima, volatilidade de preços, entre outros fatores. E como consequência ativos financeiros vinham sendo investidos em imóveis, ações e títulos do governo e outros. No entanto algumas motivações explicam o novo fascínio do setor financeiro no setor agroalimentar. A primeira é a diminuição da disponibilidade *per capita* de terra, devido à degradação do solo, concentração de terra e urbanização; a segunda se relaciona com uso dado à terra. Terras que eram usadas para produzir alimentos para o consumo humano direto ou para grãos alimento de animais estão sendo usadas para fornecer biocombustíveis para substituir o petróleo. A terceira motivação é o crescimento da classe média em países como China, Índia e Indonésia e com mudanças nos hábitos alimentar. O consumo de carne tem aumentado e empresas que produzem carne (seja de vaca, porco ou frango) precisam de um fornecimento regular de grãos (soja, milho, entre outros). Uma quarta motivação para investir no setor agroalimentar são as

oportunidades que o câmbio climático está trazendo como por exemplo a compra de bonos de carbono para redução de gases de efeito estufa (LAWRENCE et al, 2015. p.312-313).

Depois da crise alimentar de 2008 tem-se um melhor entendimento sobre as formas nas quais investimentos financeiros especulativos podem exacerbar a volatilidade dos preços dos alimentos, mas ainda há muito por compreender sobre como a financeirização tem mudado as dinâmicas de influência dentro do sistema alimentar global e o os seus impactos. A financeirização do sistema agroalimentar traz maiores distâncias entre produtor e consumidor (não somente geográficas) e isso dá cada vez menor poder de agência tanto para um como para o outro. Vem daí o desconhecimento de onde e como são produzidos os alimentos e o aumento de cada vez mais atores nas etapas envolvidas nas cadeias globais de produtos alimentares. O resultado desse distanciamento, que está aumentando, é um enfraquecimento da influência de atores sobre os resultados do sistema alimentar (CLAPP, 2012).

No relatório anual da FAO, SOFI 2019, se estima que 820 milhões de pessoas em todo o mundo estejam sujeitas a fome e desnutrição⁴, enquanto dois bilhões estão sujeitas à insegurança alimentar. Segundo a escala de experiência de insegurança alimentar (FIES) está pode ir desde leve, que envolve a preocupação pela capacidade de obter alimentos, passando pela moderada, onde se põe em risco a qualidade e variedade dos alimentos, também se reduzem as quantidades e não se fazem toda a refeições, e a insegurança alimentar grave, onde se passa fome.

Segundo o mesmo relatório, em todos os continentes a prevalência da insegurança alimentar é mais alta para mulheres que para homens (numa medição de 2016 a 2018). A fome está aumentando em quase todas as sub-regiões africanas, tornando a África a região com a maior prevalência de desnutrição, em quase 20%. A fome também está aumentando lentamente na América Latina e no Caribe, embora sua prevalência ainda esteja abaixo de 7%. Na Ásia, a Ásia Ocidental mostra um aumento contínuo desde 2010, com mais de 12% de sua população desnutrida atualmente (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2019).

Segundo estudo da FAO junto à CPLP em 2013, a CPLP contava com uma população cerca de 250 milhões. Prevê-se que venha contar com cerca de 323 milhões em 2050, e o número de pessoas subnutridas ronda os 28 milhões, distribuídos em Angola (5,4 milhões); Cabo Verde (44,5 milhares); Moçambique (9,4 milhões); São Tomé e Príncipe (12,3 milhares); Guiné-Bissau (13 milhares); Timor-Leste (0,46 milhões); Brasil (13 milhões).

Diante deste quadro, a FAO, e em especial o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), ligado à FAO, tem desenvolvido e promovido políticas para o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (Dhana). O CSA foi criado em 1974 e é um órgão intergovernamental da FAO que procura servir como um fórum para a discussão e revisão de políticas de segurança alimentar. Tem uma forte participação de outras instituições além dos Estados, como as organizações da sociedade civil, organizações do setor privado e organizações internacionais relevantes na área da agricultura e alimentação. O CSA passou por uma reforma em 2009 depois da crise mundial de alimentos de 2008, e se fez uma instância mais participativa e próxima das redes internacionais de segurança alimentar. A partir da reforma, a FAO (e por consequência o CSA) é identificada como a organização central

4 A desnutrição varia de desnutrição crônica a excesso de peso e obesidade. A desnutrição pode ser um reflexo das deficiências de macro nutrientes (carboidratos, gorduras ou proteínas) ou micronutrientes (vitaminas e minerais). Por outro lado, uma ingestão excessiva de alimentos e calorias ou baixos resultados no consumo de energia se traduzem em um aumento no peso corporal e no acúmulo de gordura, o que pode levar a doenças não transmissíveis relacionadas à dieta e outros problemas de saúde (FAO, FIDA, OMS, PMA e UNICEF, 2017).

do sistema de governança global de alimentos.

Um sistema de governança tem como núcleo central um sistema de políticas que geralmente assume a forma de uma ou mais organizações internacionais e é constituído por diversos atores. Assim o sistema de políticas de governança global de alimentos expressa uma constelação específica de organizações coletivas, corporações e governos que interagem em busca de interesses diversos. A FAO é o epicentro de um sistema de políticas e nela se identifica a presença dos três vetores que constituem a governança global de alimentos. O primeiro vetor é o modelo corporativo onde instituições privadas se utilizam por vezes da própria representação estatal para estar presentes na defesa de seus interesses privados. O segundo vetor da governança global de alimentos são as visões alternativas, as quais buscam esclarecer a disputa existente entre o modelo de produção corporativo e o modelo comunitário. E o terceiro vetor trata do contexto institucional e organizacional que proporciona o espaço necessário para que os atores que participam do sistema político alimentar (não somente os Estados) discutam propostas e tenham seus discursos e vozes respeitados. Os três vetores apresentados aqui constituem a formação de um sistema de políticas da governança global de alimentos (ALESSIO, 2014).

No caso da governança alimentar dos países lusófonos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou em 2011 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para a CPLP (ESAN). Com a aprovação da ESAN os países da CPLP têm dado passos importantes na construção de instâncias, orga-

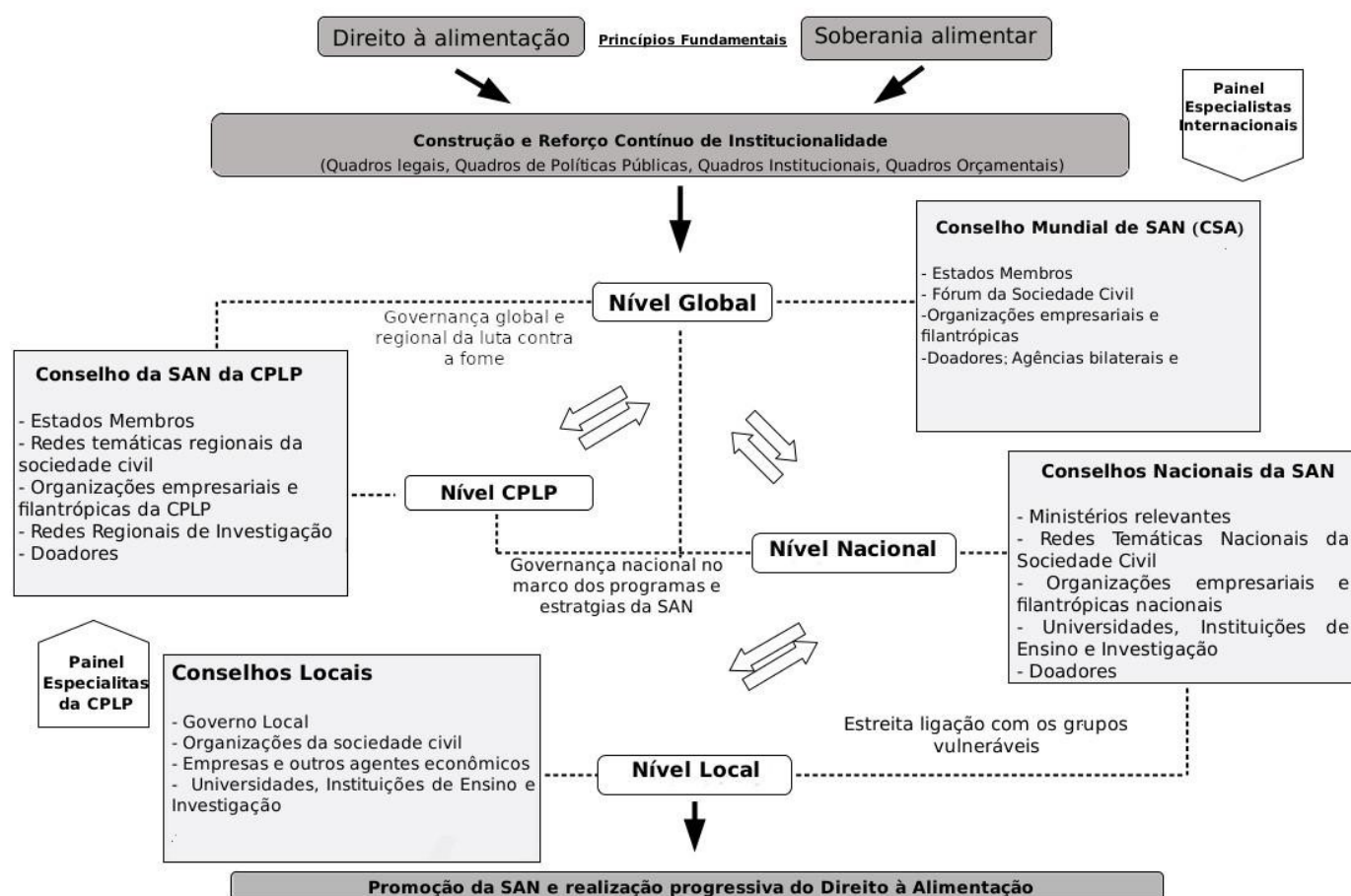
nizações e mecanismos para melhorar a governança do sistema alimentar. No entanto eles dependem da viabilização da estratégia a nível nacional, e das ações que as organizações governamentais e não governamentais realizam para efetivamente mudar o cenário.

3. Estratégia de Segurança Alimentar ESAN-CPLP

A ESAN-CPLP foi aprovada na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros CPLP, em Luanda em 22 julho de 2011. Está baseada numa abordagem do Dhana e alinhada com as discussões do CSA das Nações Unidas. Tem como objetivo facilitar a construção de políticas e programas para o fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional; a promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis e aumento da disponibilidade interna de alimentos com base na agricultura familiar e nos pequenos produtores (ACTUAR, 2018).

A ESAN-CPLP está organizada em diferentes níveis (local, nacional, regional, global). As estruturas de decisão da ESAN dialogam com um modelo que pretende assegurar condições institucionais para um debate, construção operacionalização e monitoramento de ações conjuntas (CPLP, 2015). A arquitetura da estratégia se apresenta a continuação:

Esquema 1. Modelo de Governança da Estratégia da CPLP



Fonte: (CPLP, 2015)

Para viabilizar a estratégia se cria um Secretariado Técnico Permanente e um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSANCPLP). O CONSANCPLP é composto por membros (representantes dos governos CPLP) e participantes, que se manifestam a partir dos Mecanismos de Facilitação da Participação (Sociedade Civil-MSC, Iniciativa Privada-MIP, Universidades-MU e Parlamentares-MP). Como foi dito anteriormente, neste trabalho abordarei apenas o relacionado ao Mecanismo de participação da Sociedade Civil (MSC-CONSANC). Mediante este mecanismo se estabelece o diálogo entre atores da sociedade civil e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANCPLP). Este mecanismo é quem facilita a participação coordenada das organizações da sociedade civil nas negociações, tomada de decisões e trabalho em

temas concretos junto do Secretariado Técnico de SAN da CPLP. O MSC-CONSANC está composto por duas redes regionais: a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSANCPLP) e a PC-CPLP. Estas redes representam mais de 17 milhões de agricultores/as familiares e camponeses/as e cerca de 500 organizações da sociedade civil da CPLP (CPLP, 2011).

O MSC-CONSANC está alinhado e em diálogo constante com o Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas (*CSM-Civil Society Mechanism*) do CSA. O *CSM* é uma plataforma global onde se articula a Sociedade Civil, se realiza troca de informações técnicas e experiências com o objetivo de influenciar as políticas nacionais e internacionais referentes a agricultura

e alimentação, em especial as relativas ao CSA. Desde a reforma do CSA, a participação de grupos da sociedade civil tradicionalmente excluídos da tomada de decisão em relação à alimentação e nutrição, conquistaram um importante espaço neste fórum de negociação e articulação (ACTUAR, 2018). Essa reforma do CSA, baseada numa abordagem de direitos humanos, inspirou a institucionalização do CONSAN-CPLP, especificamente no que diz respeito à participação da sociedade civil. A institucionalização dessas instâncias dentro do CONSAN foi possível graças ao papel de *advocacy* e *lobby* da sociedade civil, organizada em redes (REDSAN-CPLP e MSC-CONSAN), que lutam por políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nos níveis nacional e regional, bem como apoio prestado pela FAO a nível da CPLP e do país (CSM, 2018).

4. Sociedade civil em rede: REDSAN-CPLP

O conceito de sociedade civil é polissêmico e diversos autores têm contribuído com a reflexão (Lechner 1994; Bobbio 2002; Nogueira 2003; Dagnino et. al. 2006). Numa definição ampla, as organizações da sociedade civil cobrem uma enorme variedade de entidades de diferentes tipos, tamanhos, finalidades e níveis de formalidades incluindo associações comunitárias ou de base, movimentos sociais, grupos de profissionais, ONGs de defesa e desenvolvimento, formalmente registradas, organizações sem fins lucrativos, empresas sociais e muitas outras formas. O conceito de sociedade civil está sendo continuamente remodelado e reinterpretado por novos atores em novos contextos. Dessa forma, variedades diferentes de sociedade civil serão criadas no futuro contendo formas organizacionais híbridas, normas que podem se afastar das noções tradicionais de cooperação e solidariedade, e espaços ocupados por uma ampla gama de parcerias e alianças (EDWARDS, 2011).

Segundo Dagnino *et. al.* (2006) no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos, além de formas diversas da relação com o Estado. As diferentes culturas e tradições políticas estão presentes com diferentes pesos sobre os atores da sociedade civil e isto produz tensões. Empiricamente a sociedade civil está constituída de uma rede de movimentos sociais e associações diversas, cuja natureza depende do momento histórico em que estas surgem. De modo semelhante, Scherer-Warrem (2012) apresenta como uma dentre outras formas de organizações da sociedade civil, redes de movimentos sociais como um espaço onde se articulam vários atores ou organizações. A articulação pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum. Tendem a ser o nível da sociedade civil mais complexo, mais politizado e impulsionado pelo desejo de transformar o status quo dos grupos sociais que se consideram em situações de exclusão, desigualdade ou discriminação, ou mesmo que lutam por mudanças sistêmicas. Além disso, essas redes de movimentos enfrentam desafios como organizar ações para incluir a multiplicidade de sujeitos e a diversidade cultural e social.

Nesse sentido, desde meados anos 90 houve uma quantidade exorbitante de atividades acadêmicas no campo das relações internacionais em torno à agenda de pesquisa transnacionalista, focado em redes transnacionais, sociedade civil global, movimentos sociais transnacionais. Apesar das suas diferenças essas diversas literaturas enfatizam que as relações transnacionais nas quais os atores não estatais desempenham um papel de destaque, são uma parte cada vez mais significativa das relações internacionais (SIKKINK, 2004). Uma das correntes de pesquisa em movimentos sociais tem identificado três importantes processos de transnacionalização. O primeiro é a difusão que é a propagação de ideias, práticas, de um país a outro. O segundo é a domesticação que é a internalização de conflitos externos nas políticas nacionais e o terceiro processo apon-

tado é a externalização que é o desafio de intervir em problemas domésticos desde as redes transnacionais (DELLA PORTA e TARROW, 2004).

Assim, reflexões da sociedade civil transgrediram as fronteiras entre o público e privado, considerando não apenas a prestação de serviços, mas também a defesa (*advocacy*) de diversas causas. Em particular a pesquisa sobre sociedade civil global analisou a cooperação entre uma ampla gama de organizações não governamentais nacionais e transnacionais em defesa de questões como direitos humano ou proteção ambiental (KECK E SIKKINK, 1998).

A Sociedade Civil Global é definida por Jordan (2011) como uma força de mudança democrática que está implicitamente reivindicando a cidadania global. Através de protestos e *advocacy* realizados além das fronteiras nacionais, ativistas da sociedade civil global estão assumindo direitos e responsabilidades dos cidadãos e eles e as redes, movimentos e organizações nas que operam se propõem a promover transparência na prestação de contas e participação nos acordos em evolução da governança global. Segundo Sikkink (2004) a categoria de sociedade civil global é vaga e nunca foi claramente conceitualizada. Tendia a se concentrar numa gama relativamente estreita de bons movimentos sociais institucionalizados e deixou pouco especificado à relação entre a sociedade civil global com os Estados e regimes e instituições internacionais.

Por outro lado, Della Porta (2020) aponta para a necessidade de unir dois campos de estudo que empiricamente já se entrecruzam, o dos movimentos sociais e a sociedade civil. Do ponto de vista teórico, enquanto as conceituações da sociedade civil se centram na autonomia, civilidade e associação, os estudos de movimentos sociais têm enfatizado conflitos, transgressões e redes. No entanto, as fronteiras teóricas têm sido diminuídas. Diante da austeridade e a

crises dos últimos anos, organizações progressistas de movimentos sociais têm se engajado em novas formas de mutualismo e voluntarismo na esfera social, como forma de ajudar a reconstruir laços sociais como um primeiro passo para a mobilização política. Ao mesmo tempo, a criminalização de formas de solidariedade transformou formas básicas de ajuda humanitária em atos de desobediência civil e, portanto, em atos de cidadania. À medida que as organizações da sociedade civil se tornaram alvo de repressão, a resistência desencadeou uma intensificação das redes organizacionais e uma politização do discurso político.

Nesse sentido, a rede que é objeto de estudo neste artigo (a REDSAN-CPLP) pode definir-se como uma rede movimentos sociais e organizações da sociedade civil que tem se reunido em torno ao *lobby* e *advocacy* de questões como segurança alimentar, soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada. As redes nacionais têm diversos tamanhos, estão compostas por organizações formais ou informais e uma confluência de atores que em maior ou menor medida se articulam para influenciar ações locais, incidir em políticas públicas e desenvolver atividades concretas de intercâmbios e trocas com outras organizações que também trabalham em rede. A REDSAN por sua vez faz parte de uma estratégia mais ampla de construção e reforço da institucionalidade e da governança da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, a ESAN-CPLP.

4.1 A construção da REDSAN-PALOP e REDSAN-CPLP

A REDSAN foi lançada formalmente durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Fortaleza, Brasil em junho de 2007. Foi lançada como a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP (RED-

SAN-PALOP) (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). Segundo ACTUAR (2012) o processo inicial de criação e fortalecimento da REDSAN-PALOP recebeu apoio do projeto *International Food Security Network - IFSN* com recursos financeiros para atividades conjuntas e a ONG Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento - ACTUAR como Secretaria Técnica para dinamizar o processo de construção e fortalecimento da rede.

A REDSAN-PALOP se cria com o propósito de reforçar ações de troca de experiências entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa para aumentar o nível de informação sobre o tema de SAN, soberania alimentar e Dhana. Além disso para concertar esforços a nível nacional em cada país membro para articular organizações interessadas em trabalhar em rede nestes temas. Um terceiro objetivo é o de realizar incidência e advocacia política conjunta e de forma solidária nos respectivos espaços nacionais, procurando prioridade para as políticas de combate à fome e promoção da SAN e Dhana. A concertação de ações a nível regional e internacional, com particular atenção à CPLP, procura influenciar os programas e políticas numa ótica de abordagem conjunta do espaço lusófono.

No ano de 2011, com o estabelecimento da ESAN CPLP, se inicia uma ampliação gradual da rede REDSAN-PALOP para REDSAN-CPLP (para incluir a Brasil, Portugal e Timor Leste). Em duas reuniões em outubro e novembro do mesmo ano se ressalta a importância de que com essa ampliação a rede se fortalecesse e pudesse enfrentar alguns desafios. Segundo ACTUAR (2012) os processos de construção de redes são flexíveis, mas necessitam de investimento a vários níveis. A experiência da rede mostrou que sua construção e consolidação exigia tempo e recursos apropriados para facilitar minimamente as ações do secretariado, reuniões entre os membros, publicações, participação em eventos relevantes para a ação política, entre outros.

A ampliação da REDSAN-PALOP para REDSAN-CPLP com a inclusão das experiências de Brasil, Portugal e Timor Leste, daria mais força a o processo de fortalecimento da rede. A inclusão do Brasil na rede foi central, pela experiência considerável no campo das políticas de SAN como o Programa Fome Zero e mais de trinta programas complementares direcionados às diferentes dimensões da SAN. Foi no Brasil que a FAO e o Programa Especial para a Segurança Alimentar (PESA) encontraram elementos metodológicos e experiências que foram incorporadas nas suas práticas em outras regiões do mundo. Moçambique foi o primeiro país africano da CPLP onde se criou um ambiente institucional mais propício para a construção de um movimento semelhante ao Brasil em termos de SAN (ACTUAR, 2012).

A REDSAN-CPLP é um espaço de articulação onde convergem oito redes nacionais que envolvem mais de 150 organizações da sociedade civil. Entre elas associações e organizações de base comunitária, de agricultores, de pescadores, de mulheres, de jovens, de pessoas com HIV, de consumidores, de direitos humanos, entre outras. Trabalham na construção de parcerias, pesquisa, capacitação, ações de lobby e advocacia que contribuem a influencia a formulação, implementação e monitoria das políticas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e marcos legais do Direito Humano à Alimentação nos países da CPLP (FAO/CPLP, 2013). Cada uma das redes nacionais tem uma história de articulação da sociedade civil a nível nacional, e é com a REDSAN que essas organizações se organizam para ter uma mobilização no nível multi-regional. A seguir um listado das redes nacionais, data de constituição e objetivos:

Quadro 1: Redes Nacionais da REDSAN-CPLP

Redes nacionais multitemáticas da sociedade civil para soberania e SAN nas redes na CPLP			
País	Rede Nacional	Data de criação	Objetivos
Cabo Verde	Grupo de Trabalho na PONG 's – Plataforma das ONGs do Cabo Verde	1996	Plataforma que congrega mais de trezentas organizações de diferentes áreas temáticas. O grupo de trabalho de SAN tem como objetivo coordenar o processo de uma ação mais abrangente e uma maior intervenção da sociedade civil na retomada do um Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Brasil	FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Site: https://fbssan.org.br/	1998	É uma articulação de entidades, indivíduos, movimentos sociais e instituições que se ocupam da questão da SAN. O FBSSAN insere temas de SAN na construção de agendas nacional e internacional. Trabalha com a promoção coletiva de espaços de reflexão e debate sobre propostas de políticas públicas e legislações. Fortalece e qualifica a participação da sociedade civil em espaços como o CONSEA, CIAN, PNAE, PAA e Grupo de Trabalho de Normas Sanitárias para a Produção Familiar e Artesanal.
Timor Leste	HASATIL – Rede de Agricultura Sustentável de Timor-Leste Site: http://hasatil.blogs.sapo.tl/	2001	Esta rede nasce para melhorar o sistema de agricultura sustentável do Timor. Suas atividades estão relacionadas à aspectos de advocacia, mobilização/ organização, produção e comercialização e também educação e pesquisa.
Moçambique	ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar Site: https://rosa.org.mz/	2003	É uma coligação de organizações ao serviço de ações de advocacia na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Surge como uma iniciativa de articulação entre várias organizações da sociedade civil que atuam na área de segurança alimentar no país. Sua missão coloca o foco na soberania alimentar, troca de informação e experiências, promoção de ações de advocacia e diálogo político.
Angola	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional	2007	Este grupo de trabalho tem participado no desenho dos planos municipais de SAN e desenvolvimento rural. Além disso representa Angola em conferências regionais e internacionais. O processo de construção desta rede tem sido impulsionado pela ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. Esta Ong tem um trabalho reconhecido no campo da agricultura, desenvolvimento comunitário e SAN.
Guiné-Bissau	RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau Site: http://www.ressan-gb.gw/	2008	Reúne diversas organizações da sociedade civil guineense, cujos objetivos são: Promover ações de sensibilização e de advocacia para o alcance da SAN e Dhana. Formular, implementar e monitorar políticas públicas. Facilitar disseminação de informação e partilha de experiências entre os membros da Rede e demais atores.
São Tomé e Príncipe	RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional Site: https://rescsan.weebly.com/	2008	Composta por cerca de vinte organizações é uma estrutura informal de interligação de diversas organizações da sociedade civil. Seu objetivo principal é reforçar a capacidade de intervenção das organizações da sociedade civil em São Tomé e Príncipe para a formulação e implementação de políticas públicas de SAN.
Portugal	ReAlimentar – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Site: https://www.realimentar.org/	2012	Rede da Sociedade Civil que se constitui num espaço de diálogo, debate e articulação de esforços para influenciar processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas, nacionais e internacionais que digam respeito à SAN.

Fonte: Elaboração própria com base em ACTUAR, 2012.

No plano nacional, as redes são autônomas em termos organizativos e de definição das suas agendas e estratégias de intervenção. No plano regional convergem na REDSAN-CPLP para promover ações de intervenção coletiva (diálogo político, tomadas de posição, diagnóstico Dhana, troca de experiências, estudos e pesquisas e construção de capacidades). No plano global se articulam a outras redes como a Rede Global para o Direito Humano à Alimentação e Nutrição e a Rede IFSN (SARMIENTO e PINTO, 2015).

As redes nacionais têm desenvolvido diferentes tipos de iniciativas de lobby, advocacia e campanhas para o Dhana e Sarmiento e Pinto (2015) as classificam em oito tipos: a) o diálogo político mediante a participação das redes na agenda política e monitoramento das intervenções do Estado; b) as tomadas de posição com documentos que sintetizam posições da sociedade civil; c) os diagnósticos específicos sobre Dhana para perceber a evolução e identificar lacunas e propor recomendações; d) estudos e pesquisas para aprofundar os problemas e possíveis soluções; e) discussão pública em reuniões, workshops, seminários e palestras chamando à atenção para a SAN e Dhana e sensibilizando a opinião pública; f) campanhas e ações de rua para comunicar mensagens a diferentes atores, incluindo governos, doadores, opinião pública, mídia, entre outros; g) intercâmbios e trocas de experiências para partilha de informações e aprendizagem conjunto e h) construção de capacidades para reforçar competências das redes nacionais e aumentar a sua capacidade de lobby e monitoria para o Dhana.

Cada uma das redes tem tido desafios nas suas diferentes esferas de governança, tanto a nível local como regional. Mas algumas dificuldades comuns aparecem: dificuldade de acesso a recursos financeiros para as ações de *lobby* e monitoria de forma regular; ineficácia ou inexistência dos espaços de diálogo e participação em virtude da não implementação dos compromissos

assumidos pelos Governos nas estratégias nacionais; algumas redes têm uma limitada capacidade técnica; debilidade dos sistemas estatísticos na maioria dos países e instabilidades políticas e governativas que afetam diretamente a capacidade de trabalho das organizações da sociedade civil em matéria de SAN e Dhana (SARMIENTO e PINTO, 2015).

Tendo em conta os desafios comuns, os logros que as redes têm conseguido em matéria de fortalecimento da Agricultura Familiar são muito importantes. O *CSM Report* de 2018 mostra como a articulação da sociedade civil a partir do MSC-CONSAN e com o importante papel da REDSAN-CPLP conseguiu a aprovação das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP⁵, com base em um processo de discussão e negociação com forte participação da sociedade civil.

Segundo o projeto de estudo realizado entre a CPLP e a FAO em 2013, os pequenos produtores agrícolas familiares eram responsáveis pela produção de uma média de 70% dos alimentos básicos consumidos e dependem desta produção mais de 45 milhões de pessoas nos países da Comunidade CPLP. A agricultura é o principal sector em termos de população ativa em Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, entre 60% e 85% dos indivíduos em idade ativa se ocupam neste setor. Mas em contraposição, a organização dos agricultores nesses países é relativamente baixa assim como é escassa a sua participação atual na formulação de políticas públicas.

Por isso a importância da Definição de Diretrizes Regionais para Agricultura Familiar da CPLP, porque nelas são definidas um conjunto de prioridades e orientações comuns para apoiar os Estados-Membros da CPLP no desenvolvimento de uma agricultura sus-

5 Disponíveis em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2FCSAN%2FBooklet_pt_v10-diretrizes-agricultura-familiar.pdf>.

tentável e ao mesmo tempo oferece orientações sobre o reconhecimento e valorização de produtores e produtoras familiares, comunidades rurais, mediante políticas de democratização de acesso e do uso aos recursos naturais. Mas, como são diretrizes, a sua natureza e escopo e a sua aplicação se realiza de acordo com os limites dos sistemas jurídicos e enquadramentos institucionais e legais em vigor, sendo somente uma referência para processos de aperfeiçoamento, atualização e inovação institucional (CPLP, 2017).

E é aí onde encontra-se o limite das diretrizes, declarações, e orientações pensadas para a ESAN do CPLP, como apontado acima. A instabilidade política de alguns dos Estados-Membros pode vir a desestabilizar os processos e ir na contramão dos logros alcançados pelas redes e organizações da sociedade civil na última década. No caso do Brasil e segundo o Relatório do MSC-CONSAN para o Monitoramento Regional do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na CPLP de 2018, parte dos avanços conquistados em termos de formulação e implementação de políticas públicas de SAN e Dhana deve-se ao protagonismo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Mas um ano depois do relatório, em 2019, o CONSEA foi extinto mediante a MP 870/2019 e isto suscitou grande preocupação dos demais Estados-Membros da CPLP.

Segundo o MSC-CONSAN (2018) até meados de 2016, no Brasil, foram alcançados resultados importantes como a política de erradicação da fome e reconhecimento pelas Nações Unidas de que o Brasil saíra do Mapa da Fome, a ampliação dos mercados da agricultura familiar (Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE) e avanços no campo da agroecologia. Estes avanços inspiraram não somente experiências como a do CONSAN-CPLP como também da própria reforma do CSA.

A partir de 2015, inicia-se um cenário de graves retrocessos em relação à democracia e aos direitos humanos no Brasil. E a partir das eleições de 2018 o autoritarismo é considerado um fator que agudiza os problemas relacionados à insegurança alimentar. Os atuais sistemas alimentares geram desigualdades e em muitos casos expulsam de suas terras milhões de pessoas em todo o mundo, que produzem alimentos diversificados para a própria subsistência ou para o mercado. Tornando assim nossa alimentação cada vez mais monótona e menos saudável, e tudo isso representa uma grave ameaça e lesões concretas ao direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana) (FIAN, 2019).

5. Considerações Finais

Diversos atores da sociedade civil viram na crise a oportunidade de atrair atenção do público para as questões da segurança alimentar, de exercer pressão para que os governos realizassem políticas destinadas à proteção social, de ampliar redes e ter novas parcerias e também, de desenvolver e disseminar suas visões sobre segurança e soberania alimentar (ALESSIO, 2014). Após a crise de 2008, muito tem se avançado em termos de soberania e segurança alimentar na CPLP com a criação da ESAN. No que cabe à sociedade civil, nas suas várias formas e objetivos, tem participado da construção de um marco na CPLP e em parte devido à experiência do Brasil com as políticas de SAN.

A realização de trocas e intercâmbios, de como se resolvem problemas ou como os desafios são enfrentados, contribuiu para a difusão de ideias e novas práticas entre os países membros. A definição de diretrizes da Agricultura Familiar assim como outros logros tem sido um longo processo de construção da sociedade civil e seu impacto na definição de políticas e diretrizes sejam nacionais ou internacionais. O papel da REDSAN no

estabelecimento da SAN na CPLP tem sido principalmente gerar esses espaços de troca e intercâmbios sobre práticas, políticas e fazer ingerência em políticas públicas que fortalecem o Dhana.

Mas a REDSAN enfrenta novos desafios para além da dificuldade de acesso a recursos financeiros para a mobilização das redes, ou a dificuldade dos espaços de diálogo com alguns governos nacionais, entre outras já assinaladas acima. A REDSAN encontra limites quando governos autoritários desencorajam e criminalizam movimentos sociais e redes da sociedade civil. É a atuação desses movimentos e redes locais, nacionais e transnacionais o que garante a inserção de algumas dimensões da soberania alimentar nos debates, como o acesso à terra e recursos naturais. Além disso a financeirização da agricultura não somente afasta cada vez mais produtores e consumidores, senão que despoja agricultores das suas terras, aumenta o problema da concentração de terra, ameaça líderes camponeses e afeta a agricultura familiar como um todo.

As redes nacionais, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) quem é representante da sociedade civil na REDSAN tem enfrentado inúmeros desafios relacionados ao desmantelamento das políticas públicas de SAN no país. E em momentos de crise se as organizações nacionais se ocupam primeiro do enfrentamento dos desafios locais e a participação na rede multi-regional pode se ver afetada. Isto não somente vale para o caso do Brasil senão por exemplo o caso da Guiné-Bissau em que a Rede para a Segurança e Soberania Alimentar na Guiné-Bissau (RESSAN-GB) ficou paralisada por alguns anos.

Segundo De Barros (2013) a intervenção da sociedade civil em prol da concretização da SAN deve basear-se na Agricultura Familiar Camponesa, ancorada na valorização das técnicas e saberes tradicionais como estratégia de autossuficiência alimentar, desenvolvimento

sustentável e no engajamento político das organizações. Assim, novas agendas de pesquisa apontam a um olhar sobre o impacto que redes da sociedade civil tem na segurança e soberania alimentar e como a agricultura familiar camponesa enfrenta os desafios da financeirização da agricultura e dos alimentos. Além disso de como a segurança e soberania alimentar podem ser mantidas e o papel da sociedade civil em tempos de crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTUAR. (2018). *Relatório da participação do MSC-CONSAN na Reunião de Alto Nível para a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP*. 5 a 7 de fevereiro de 2018, Lisboa. Disponível em: <<https://www.docdroid.net/8PQyLr0/relatorio-msc-consan-ranaf-com-anexos-2018compressed-pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.
- _____. (2012). *Mobilização Social para a Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de trabalho em redes multi-temáticas da REDSAN-PALOP*. Coimbra: ACTUAR/REDSAN-PALOP. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1501634-Associacao-para-a-cooperacao-e-o-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- ALESSIO, Felipe. (2014). *A Sociedade Civil na Governança Global de Alimentos: o caso da reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial*. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128734>>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- BANCO MUNDIAL. (2008). *Rising food prices: policy options and World Bank response (English)*. Washington, DC: World Bank. <<http://documents.worldbank.org/curated/en/990671468313502111/Rising-food-prices-policy-options-and-World-Bank-response>>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- BOBBIO, Norberto (2002). *Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2ª edição.
- BRINGEL, Breno. 2011. “Soberanía alimentaria: la práctica de un concepto”. In: Osés, P. M. (Org.). *Las políticas globales importan*. Madrid: IEPALA, p. 95-102.
- CLAPP, Jeniffer. (2012). “The financialization of Food: who is Being Fed?” Paper for the *International Society for Ecological Economics Conference*, June 16-19, Rio de Janeiro, Brazil.
- CLAPP, Jeniffer; COHEN, M.J (eds) (2009). *The Global Food Crisis: Governance Challenges and Opportunities*. Waterloo, ON: Wilfrid Laurier University Press.
- CPLP. (2017). *Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP*. FAO e CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2FCSAN%2FBooklet_pt_v10-diretrizes-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- CPLP. (2015). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Enquadramento e Órgãos para Governança*. Disponível em: em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2Fcplp%2FGuiaESAN_v9.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- _____. (2011) *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP. Parte I: Enquadramento*. Disponível em: em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2Fcplp%2FEstrategia%2FI-_Enquadramento_final.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

- CSM (2018). *Civil Society Report on the use and implementation of the right to food guidelines*. Disponível em: <<http://www.csm4cfs.org/civil-society-report-use-implementation-right-food-guidelines/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. 2006. “Introducción: Por outra lectura de la disputa por la construcción democrática en la América Latina”. In: Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto J.; Panfichi, Aldo (Coords.) *La disputa por la construcción democrática en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruziana, pp.15-102.
- DE BARROS, Miguel. (2013). “A Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau”. Em: C. Carvalho e M. De Barros (Coords). *I Fórum Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e nutricional da Sociedade Civil, Setembro 11 e 12*. IMVF-PDSA II e RESSAN-GB. Disponível em: <<https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2017/12/Cadernos-do-F%C3%B3rum.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- DELLA PORTA, Donatella. (2020). “Building Bridges: Social Movements and Civil Society in Times of Crisis”. In: *Voluntas*. <<https://doi.org/10.1007/s11266-020-00199-5>>.
- _____. e TARROW, Sidney. (2004). Transnational Processes and Social Activism: An Introduction. In: D. Della Porta e S. Tarrow (Editors). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, Rowman and Littlefield Publishers, Inc.
- DIAS, Iis del Mel Trindade. (2019). “Articulação Multiatores na Cooperação Brasileira em Segurança Alimentar e Nutricional: avanços e desafios da REAF e da ESAN-CPLP” (Capítulo 16. P.359-). Em: M. Costa Lima e E. Oliveira (orgs). *Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e nutricional. Brasil e China em perspectiva*. Recife: FASA 1era Edição.
- EPSTEIN, Gerald. (2005). “Introduction: financialization and the world economy”. In: G. Epstein (ed.), *Financialization and the World Economy*, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edwards Elgar Publishing, pp. 3-16.
- EDWARD, Michael. (2011). Introduction: Civil Society and the Geometry of Human Relations. In B. Edwards (Ed.), *The Oxford handbook of civil society* (pp. 1–14). Oxford: Oxford University Press.
- FAO. (2013). *Food Security and Sovereignty (Base document for discussion)*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-ax736e.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. (2019). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía*. Roma, FAO. Disponível em: <<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106773/download/?ga=2.96674396.2127433041.1588732453-712998322.1585839526>>. Acesso em: 17 mar 2020
- FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. (2017). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria*. 2017. Roma. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

- FAO/CPLP (2013) *Situação da Governança da Segurança Alimentar e Nutricional: e o papel da Agricultura Familiar nos países da CPLP*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma. Disponível em: <<http://www.cplp.org/files/filer/cplp/fao/estudo-cplp-mar-2013-verso-longa.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.
- FIAN. (2019). *Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome*/ SANTARELLI, Mariana; BURITY, Valéria et al. Brasília: FIAN Brasil. 102p.
- FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. (2007). Declaration of Nyéléni – Declaration of the Forum for Food Sovereignty. Sélingué: 2007. Disponível em: <<http://nyeleni.org/spip.php?article290>>. Acesso em: 20 março. 2020.
- JORDAN, Lisa. (2011). “Global civil society”. In B. Edwards (Ed.), *The Oxford handbook of civil society* (pp. 93–107). Oxford: Oxford University Press.
- KECK, Margaret. E., SIKKINK, Kathryn. (1998). *Activists beyond borders*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- LAWRENCE, Geoffrey; SIPPEL, Sarah Ruth; BURCH, David. (2015). “The financialisation of food and farming”. In: Guy M. Robinson, Doris A. Carson. (editors). *Handbook on the Globalisation of Agriculture*. Publisher: Edward Elgar.
- LECHNER, Norberto. (1994). “La (problemática) invocación de la sociedad civil”. *Perfiles latinoamericanos. Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* N° 5, pp.131-144.
- MSC-CONSAR. (2018) *Monitoramento Regional do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na CPLP: a implementação da ESAN-CPLP*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2018/copy5_of_maio/MonitoramentoESAN_CPLP_MSC.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2003). *Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial*. RBSC Vol.18 N° 52, junho. <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.
- PINTO, João N. (2008). *Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP: Desafios da Articulação em Rede*. Rio de Janeiro: International Food Security Network. IFSN Working Paper N° 1. 49 pp.
- REDSAN-CPLP, (2013). VI Reunião da Rede Regional para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP. Relatório, Lisboa.
- SARMENTO, Francisco; PINTO, João. (2015). *Construção e Implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: histórico, balanço e perspectivas*. CERESAN: UFRRJ.
- SIKKINK, Kathryn (2004). “Governance and the insider outsider coalition”, in: D. Della Porta e S. Tarrow (Editors). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, Rowman and Littlefield Publishers, Inc.
- SHERER-WARREN, Ilse. (2012). *Redes emancipatórias nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba, Ed. Appris.

WOLFFENBUTTEL, Andrea. (2006). “O que é dumping”. 2006. IPEA, Desafios do Desenvolvimento. Ano 3. Edição 18 - 1/01/2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2090:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 21 abr. 2020.